



Boletim Semanal

Filiado à CUT/FENAJUFE

Sindjus

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no DF

Terça - feira • 24 de julho de 2007 • Ano VII

Marchar contra a retirada dos direitos



Congresso no segundo semestre.

"A Fenajufe aprovou a participação nessa marcha no dia 7 de julho. Não dá mais para esperar, estamos em um momento decisivo. Todos nós precisamos ir às ruas e lutar, pressionar, enfim, mostrar nossa força e reverter esse quadro que hoje é desfavorável para o funcionalismo público", afirma Policaro. E continua: "Tenho certeza de que os servidores do Poder Judiciário e do MPU vão entender a gravidade desse momento e vão levantar nossas bandeiras de luta no dia 15 de agosto".

Por tudo isso, é importante estarmos todos lá. Desde já, converse com seus colegas de trabalho, explique a importância do ato e se prepare para tomar a Esplanada em defesa de nossos direitos. Leia a seguir o chamado que o presidente da CUT nos faz: "Os servidores federais, que defendem a obrigatoriedade da negociação coletiva, a manutenção dos direitos e a liberdade de organização sindical devem compreender a importância de juntar-se maciçamente à próxima mobilização em Brasília".

Nós que já tomamos a Esplanada e invadimos o Congresso, agora, no dia 15 de agosto, vamos participar junto com a CUT de mais um Dia Nacional de Luta.

A CUT espera pelo menos 20 mil trabalhadores em uma marcha que vai pressionar os parlamentares e o governo. A marcha vai unir o setor privado a nós, servidores públicos, que precisamos lutar pela retirada do PLP 01 do Congresso Nacional, pela negociação

coletiva no setor público, por uma previdência pública, pelo direito irrestrito de greve e contra o projeto de fundações estatais.

Para o coordenador-geral do Sindjus, o projeto que congela nossos salários nos próximos 10 anos (PLP 01), o projeto que restringe a greve do setor público (Lei do direito de greve) e o projeto que ameaça a estabilidade do servidor são algumas das violações de nossos direitos que estarão na pauta do

Presidente da CUT quer a mais forte das mobilizações

Qual a expectativa para o próximo dia 15?

Artur Henrique: Estamos em meio a uma jornada de lutas, iniciada em abril, que vem crescendo em tamanho e em impacto. Logo, não podemos querer menos que uma mobilização de rua ainda mais forte que as três últimas, com milhares de trabalhadores em torno de uma pauta de reivindicações bastante clara e concreta. O palco da próxima mobilização será Brasília, e isso é muito importante, pois estaremos pressionando o governo federal e os parlamentares.

No último dia 4, houve a Ocupação Pacífica do Congresso Nacional. A mobilização foi boa?

Artur Henrique: Muito boa. A combinação de manifestações de rua e paralisações com corpo-a-corpo político ajuda muito. Não podemos ainda comemorar nenhum resultado, pois o conflito está em aberto. Mas já observamos que a pressão está funcionando. Um jornal de circulação nacional trouxe na edição desta terça-feira a notícia de que o governo federal e o Congresso já compreenderam a importância de rediscutir o PLP 01. Isso é mais um indicativo de que não podemos esmorecer, pois a mobilização é o que rompe a inflexibilidade de patrões e governos.

O governo federal deu mais uma sinalização de ameaça aos servidores federais, através do projeto de fundações estatais, colocando em risco a estabilidade. Como a CUT vai lidar com isso?



Artur Henrique: Na última reunião da Executiva Nacional, decidimos combater esse projeto. Será mais uma bandeira em nossa mobilização do dia 15 de agosto. Os servidores federais, que defendem a obrigatoriedade da negociação coletiva, a manutenção dos direitos e a liberdade de organização sindical devem compreender a importância de juntar-se maciçamente à próxima mobilização em Brasília, tendo o foco na valorização do trabalhador.



SERVIDORES



EM MARCHA

No próximo dia 15, vamos sair em marcha com a certeza de que o PLP-01, a proibição da greve, a implantação da Previdência Privada e o projeto de criação das Fundações Estatais estão na contramão de iniciativas do governo Federal de fortalecer importantes áreas das políticas públicas por meio da contratação de 30 mil servidores concursados e, sobretudo, da derrota nas urnas em 2002 e 2006 da perspectiva liberalizante e reducionista do setor público. Contra esse modelo de Estado, contra essa maneira do governo pensar o serviço público, contra esses ataques aos nossos direitos, marchemos!

Marchar em defesa da estabilidade

Já está no Congresso Nacional um projeto de lei complementar que transfere para o setor privado a gestão e o controle de dez setores essenciais dos serviços públicos, entre eles saúde e educação.

De acordo com o projeto, os trabalhadores destas áreas, contratados pelo regime celetista por fundações públicas de direito privado, seriam passíveis de demissão sumária por suposta 'ineficiência', sem processo administrativo ou direito de defesa, pelas chefias diretas a que estão submetidos.

O projeto, de autoria do Executivo, não inclui o Judiciário, mas existe a ameaça da nossa categoria ser afetada com a possibilidade do projeto ser estendido para outros setores e poderes. Marchemos contra a privatização do Estado e a precarização do trabalho.

Marchar contra o arrocho salarial

Está sendo analisado em uma comissão especial da Câmara, o PLP 01, que limita os gastos com os servidores públicos nos próximos 10 anos. Segundo o projeto, nesse período, a folha do funcionalismo público teria apenas o reajuste da inflação do ano anterior acrescido de 1,5%. O projeto prevê o arrocho salarial (já que só o crescimento vegetativo das nossas progressões daria conta desse valor) e o engessamento de nossas carreiras.

O PLP 01 compromete o avanço do Estado em áreas estratégicas, inviabiliza qualquer processo de valorização dos servidores

ou investimentos na qualidade do serviço público e não traz nenhum mecanismo que impeça a ampliação da terceirização no serviço público. Sem dúvida alguma, o PLP 01 deve ser frontalmente combatido.

Devemos ter a consciência de que o PLP 01 tem sua origem na concepção de Estado, que nos anos 1990 desmontou o Estado brasileiro, comprometeu sua capacidade de estimular e promover investimentos, desenvolver a infra-estrutura além de degradar a qualidade dos serviços prestados ao cidadão. Marchemos contra a tentativa de sucatear o serviço público.



Eixos da Marcha Nacional convocada pela CUT:

1. Manutenção do veto a Emenda 3
2. Pela retirada do PLP 01/07
3. Pela negociação coletiva no setor público
4. Pelo direito irrestrito à greve no setor público
5. Redução dos juros e do superávit primário
6. Contra o PL das fundações estatais de direito privado
7. Por uma Previdência Social Pública, universal e sem retirada de direitos
8. Fim do fator previdenciário
9. Por uma educação pública de qualidade
10. Reforma Agrária e incentivo à agricultura familiar



NO DIA 15 DE AGOSTO, MARCHE EM DEFESA DE NOSSOS DIREITOS

